

Os Impactos Socioambientais Da Reforma Agrária: Um relato de experiência da produção de um produto audiovisual no assentamento Nova Esperança I, São José Dos Campos, SP¹

Ana SERAPIÃO²

Paula MIGUEL³

Kátia ZANVETTOR⁴

Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, SP

RESUMO

Este artigo detalha os resultados de um relato de experiência de registro em audiovisual para documentar as ações sociais e sustentáveis desenvolvidas nos assentamentos do INCRA. Sendo assim, iniciamos este trabalho com uma breve recuperação do contexto histórico-político-social em que se dá a realização da Reforma Agrária no Brasil, usando como exemplo o assentamento Nova Esperança I, em São José dos Campos, abordando, principalmente, as práticas sustentáveis desenvolvidas no local. Para tal, realizamos pesquisas documentais e bibliográficas acerca dos temas, além da análise de videografia de entrevistas com os produtores rurais assentados. A partir do que foi coletado, produzimos um produto audiovisual sobre o tema e a importância da agricultura familiar, sobretudo a prática da agroecologia. Além disso, como conclusão, consideramos a importância da produção de conteúdo audiovisual na área ambiental como uma forma de ampliar o alcance das pessoas a temas de impacto social.

Palavras-chave: Rádio e TV; Audiovisual; Meio Ambiente; Reforma Agrária; MST

INTRODUÇÃO

A base econômica do Brasil, nos três séculos que sucederam a chegada dos portugueses ao território, foi o sistema de plantation. Este consistia na monocultura em latifúndios para abastecer uma demanda externa, com a utilização de mão-de-obra escrava (PRADO, 1970). Tal cenário foi a base para a estrutura agrária existente no país até a atualidade.

¹ Trabalho apresentado na IJ06 - Interfaces Comunicacionais do XXIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 3 a 5 de junho de 2019.

² Estudante de Graduação 3º. semestre do Curso de Rádio e TV da FCSAC-UNIVAP, e-mail: serapiao_ana@ymail.com

³ Estudante de Graduação 3º. semestre do Curso de Rádio e TV da FCSAC-UNIVAP, e-mail: paulalemig@outlook.com

⁴ Orientadora do trabalho. Professor do Curso de Jornalismo da FCSAC-UNIVAP, e-mail: katia.zanvettor@gmail.com

Após a Independência (1822), homens livres ocupavam terras devolutas por um curto período, porém sem significativas alterações ao sistema agrário já consolidado. Em 1850, foi aprovada a Lei de Terras do Império, que favoreceu as grandes propriedades rurais, permitindo que as terras fossem adquiridas por valores muito altos (SILVA, 1996). A preocupação com o acesso à terra teve início durante o século XIX, em que políticos e pessoas importantes do período tinham o objetivo de estimular o progresso econômico e a abertura social (DOLHNIKOFF, 1998).

No período de 1889 a 1930, que compreende a República Velha, houve aumento do número de propriedades e de proprietários, porém sem alterações na estrutura fundiária dominada pela oligarquia cafeeira. A revolução de 1930 conseguiu derrubar esta elite ao promover a industrialização e criar as Leis Trabalhistas, que não contemplava o trabalhador do campo (SPAROVEK, 2003).

Com a constituição de 1946, a questão agrária começou a ganhar importância, embora nenhum projeto de lei tenha sido aprovado no período. Os debates sobre o tema aumentaram a partir do final da década de 1950, contando com a participação da população pedindo por mudanças estruturais no país (SPAROVEK, 2003). Por conta disso, em 1962 foi criada a Superintendência de Política Agrária (Supra); em 1963 o trabalho no campo foi inserido na legislação trabalhista, através da aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural; e no início de 1964, o governo tomou uma série de providências para desapropriar terras e também propôs mudanças na Constituição para permitir a reforma agrária (GOMES DA SILVA, 1971).

As lideranças militares, que tomaram o poder com o golpe de 1964, incluíram a reforma agrária como prioridade do programa seguindo a mesma postura de outros países latino-americanos. Dentre as medidas tomadas estavam: uma Emenda Constitucional que permitia à união a desapropriação de terras por interesse social, mediante a indenização; criação do Estatuto da Terra, Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), que futuramente foram extintos e deram origem ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Com isso o país dispunha de aparato jurídico e institucional que permitia o início de um programa nacional de reforma agrária (GOMES DA SILVA, 1971).

O fato do Golpe de 64 ter sido amplamente apoiado pela elite agrária dificultou a execução dos projetos que favoreciam os pequenos agricultores. Assim, as ações

passaram a priorizar a colonização e a expansão da fronteira agrícola, colocando em segundo plano a desapropriação para fins de reforma agrária (GOMES DA SILVA, 1971).

Contrário ao modelo de reforma promovido pelo regime militar, surge o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Este foi criado no início da década de 1980 e é um movimento político social de inspirações marxistas que busca a democratização do acesso à terra no país. Seu principal objetivo é pressionar o Estado a fazer redistribuição das terras improdutivas, indo contra a política adotado que priorizava a "colonização" de terras devolutas em regiões remotas.

Em 1985, com a redemocratização do país, o processo de reforma voltou a ser conduzido pelo Estado e foi reafirmado na Constituição de 1988. Em decorrência disso, dos governos subsequentes e de movimentos sociais de luta pela terra, como o MST, o Brasil assistiu sua maior transformação territorial contemporânea. Nos últimos 20 anos, o número de assentamentos rurais teve um grande crescimento, ao lado, também, da ampliação acelerada do agronegócio e monoculturas de exportação (SPAROVEK, 2003).

Atualmente, os principais adversários dos sem terras e assentados parecem ser a bancada ruralista, no congresso, e também a mídia. Na política, a Frente Parlamentar da Agropecuária, conhecida como bancada ruralista, defende políticas públicas de estímulo ao agronegócio, reivindica a ampliação do financiamento rural e a flexibilização da legislação trabalhista e criticam as legislações ambientais e a reforma agrária (SASAKI, 2017). Já a mídia, colabora para que a imagem vinculada ao MST seja distorcida e, por vezes, deslegitima as manifestações referindo-se ao movimento de forma pejorativa (FERREIRA, 2013).

Os assentamentos, presentes em todo o território nacional, são os principais produtores de orgânicos do país. O modelo de agroecologia incentivado pelo MST e desenvolvido na maioria dos assentamentos, além de ter como produto final os alimentos orgânicos, também contribui para a recuperação da região. Este, explora a policultura de vegetais da estação e a produção de espécies nativas o da região, promovendo uma maior diversidade de alimentos durante o ano todo (ZARREF, 2018). Ao mesmo tempo, as propriedades destinadas a reforma agrária são fracionadas de forma que uma porção é destinada a preservação e recuperação da vegetação local. Tal

ação também ajuda na manutenção de nascentes, rios, lençóis freáticos, refletindo numa melhora de todo o ecossistema da região.

Na zona norte de São José dos Campos – SP, está localizado o assentamento Nova Esperança I, o único assentamento do INCRA na cidade. O local, antes chamado Fazenda Santa Rita, foi ocupado pelos sem terras em 1998 e regularizado pelo INCRA em 2001. Historicamente, a área foi uma fazenda de café, no auge do ciclo cafeeiro no Vale do Paraíba. Após esse período com a migração do café para a região oeste do estado de São Paulo, a propriedade passou por períodos de criação de gado. De início, o gado presente no local era destinado a produção de leite e depois de corte (RIEHELMANN, 2006).

METODOLOGIA

Este artigo conta aos resultados de um relato de experiência do desenvolvimento de um produto audiovisual sobre produção agroecologia e agricultura familiar em assentamento do Movimento Sem Terra. Para apoio do desenvolvimento do projeto documental desenvolvemos levantamentos documentais e bibliográficos acerca dos temas abordados. Além disso, também foi realizada uma entrevista de profundidade com uma pesquisadora na área de comunicação e sociedade e análise de videografia já publicada sobre o assentamento estudado, terminando em uma produção audiovisual com os produtores rurais do assentamento Nova Esperança I, em São José dos Campos – SP.

Assim, a produção dessa experiência teve início com pesquisas documentais e bibliográficas, para levantar informações sobre o assentamento e encontrar moradores para serem entrevistados. Para contatar os produtores rurais fomos até a feira livre de Santana, Zona Norte de São José dos Campos, e conversamos com alguns feirantes que são assentados. Nessa etapa, as dificuldades encontradas têm relação com a escassez de conteúdo relacionado ao local e a própria disponibilidade dos assentados de falar sobre a realidade que vivem.

Para a realização do produto audiovisual, que como produto final desse relato de experiência, primeiro desenvolvemos uma análise videográfica de material disponível no site YouTube, postado pelo usuário Chico Abelha, um produtor de conteúdo local, que tradicionalmente vem produzindo conteúdo social.

A partir da análise desse material, solicitamos a cessão deste conteúdo produzido por Chico Abelha, para compor parte do nosso próprio conteúdo. Após a autorização do uso do material partimos para o desenvolvimento de um novo produto audiovisual. Com base nas pesquisas realizadas e no material disponibilizado, elaboramos um roteiro estruturado em três partes: apresentação do tema com uma breve contextualização histórica; questões políticas e o posicionamento e influência da mídia sobre os movimentos sociais que buscam a reforma agrária; e, o assentamento Nova Esperança I, a importância da agroecologia e sustentabilidade.

Por fim, foi produzido um vídeo de 12 minutos e 33 segundos. Este é composto por trechos das imagens cedidas por Chico Abelha, como a entrevista com os agricultores e imagens do assentamento. Também foram utilizadas imagens históricas para ilustrar a parte narrada, além da entrevista que realizamos com uma professora pós-doutora em ciência, tecnologia e sociedade.

RESULTADOS

A produção desse trabalho nos mostrou os empecilhos enfrentados ao fazer audiovisual, principalmente no contexto da reforma agrária. Ao mesmo tempo, sabemos que é de extrema importância que haja esse tipo de conteúdo e que ele chegue a diferentes tipos de pessoas. “O profissional da comunicação, além de ser uma fonte de informação – que é função primordial da imprensa –, é o principal meio que hoje promove mudanças no comportamento social” (MONTEIRO, 2015).



Figura 1: Valdir Martins, produtor rural
Fonte: Vídeo Reforma Agrária (REFORMA Agrária, 2018)

Ao desenvolver o trabalho, nos deparamos com um grande número de iniciativas promovidas pelo MST nos assentamentos, que não são divulgadas pelos grandes meios de comunicação. Um exemplo são as atividades desenvolvidas pelo produtor Valdir Martins, assentado e criador do Sítio Ecológico. No local é desenvolvido uma série de cursos relacionados à agroecologia. O sítio produz alimentos orgânicos que são vendidos em feiras livres da cidade, além de promover cursos e visitas monitoradas com o intuito de propagar a agroecologia. Durante a entrevista Valdir citou uma parceria entre a Prefeitura Municipal de São José dos Campos e os produtores do assentamento, que consiste fornecimento de alimentos produzidos no local para compor a merenda das escolas municipais da cidade.

Outro camponês entrevistado foi Adagilson Amorim, que enfatizou a importância da sustentabilidade e como a agricultura familiar é uma das bases para isso. Apontou que sem o trabalho realizado por eles faltaria alimento para a população, visto que os latifúndios no Brasil produzem em sua maioria commodities para exportação. Ademais, ele falou da necessidade de divulgação do trabalho realizado no assentamento, seja de forma independente, em pequenas produções acadêmicas, como é o nosso caso. Mas também, pela grande mídia, que possui um grande poder de penetração nas diversas camadas da sociedade e exerce um papel muito forte na formação de opinião da população.



Figura 2: Adagilson Amorim, produtor rural

Fonte: Vídeo Reforma Agrária (REFORMA Agrária, 2018)

Na imagem a seguir, Valdir mostra uma parte que antigamente era pasto e que, por isso, estava muito degradada. Hoje esta é uma área de reserva, e está se recuperando sem intervenção humana. No local, as espécies de vegetais nativas voltaram a crescer influenciando o ressurgimento de nascentes.



Figura 3: Valdir Martins, produtor rural
Fonte: Vídeo Reforma Agrária (REFORMA Agrária, 2018)

DISCUSSÃO

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) nasceu em um processo de enfrentamento e resistência contra a política de desenvolvimento agropecuário, implantada durante o regime militar. Esse processo é entendido no seu caráter mais geral, na luta contra a expropriação e contra a exploração do desenvolvimento do capitalismo. (FERNANDES, 1994)

Para Petersen (2009):

“A defesa do movimento agroecológico pela vigência histórica da agricultura familiar camponesa ainda é muito frequentemente interpretada como uma tendência do idealismo utópico. Mas essa vigência vem sendo construída no dia-a-dia pelo próprio campesinato, por meio de lutas silenciosas pelo controle de frações do território com vistas a reduzir o poder de apropriação das riquezas socialmente geradas pelo capital industrial e financeiro ligado ao agronegócio.” (PETERSEN, 2009)

As falas dos autores evidenciam o conflito de interesses existentes entre o agronegócio e a agricultura familiar. Ambos os lados veem na terra sua principal fonte de riqueza, ao passo que um explora, esta, de forma destrutiva, tendo em vista apenas o

retorno a curto prazo de seus investimentos. E, o outro lado, investe esforços para usufruir dos recursos naturais, preservando-os para futuras gerações.

Sevilla Guzmán (2006) define agroecologia como:

“o manejo ecológico dos recursos naturais, através de formas de ação social coletiva que apresentam alternativas à crise de modernidade, mediante propostas de desenvolvimento participativo desde os âmbitos da produção e da circulação alternativa de seus produtos, pretendendo estabelecer formas de produção e de consumo que contribuam para o enfrentamento da crise ecológica e social e, desta maneira, possam ajudar a restaurar o curso alterado da coevolução social e ecológica.” (SEVILLA GUZMÁN, 2006)

De acordo com Medeiros (2001), a diversificação da produção agrícola, a introdução de novos produtos e atividades, mudanças tecnológicas, reflete-se na composição da receita dos assentados, afetando o comércio local, a geração de impostos, a movimentação bancária, etc., com efeitos sobre a capacidade do assentamento se firmar politicamente como um interlocutor no plano local/regional.

Os excertos anteriores, abordam os diversos benefícios da agroecologia. Muito se fala da parte ecológica associada à utilização da técnica, de fato, esta é a de mais fácil percepção à primeira vista. Porém, junto com um ambiente saudável, a agroecologia, consegue introduzir, nos locais onde é adotada, uma nova rotina alimentar e até social. O aumento da diversidade de produtos é uma vantagem que ajuda na melhoria da saúde da população beneficiada pela prática, proporcionando novos hábitos alimentares. Associado a produção de uma maior diversidade de produto vem a possibilidade desses pequenos produtores comercializarem seus excedentes tendo assim um retorno financeiro que trará impacto a dinâmica social.

Hammond (2018) descreve:

“o tratamento do MST na mídia brasileira é determinado por uma interação complexa entre produtores de mídia e ativistas do movimento. Os quadros adotados por aqueles de cada lado influenciam a percepção pública do movimento. Embora a cobertura apresente o MST sob uma luz favorável, isso não necessariamente encoraja o objetivo de mobilização que o movimento busca promover.” (HAMMOND, 2018)

Monteiro (2015) diz:

“Ao comunicar a atual revolução entre homem, natureza e impactos sociais, a imprensa deve, portanto, fazer com que a recepção da informação pelo público seja de fácil acesso e assimilação. Essa nova forma de educar tem um caráter mais forte de influenciar e levar a sociedade a analisar e remodelar suas práticas ambientais.” (MONTEIRO, 2015)

A mídia tem grande importância na construção da imagem do movimento social. Por um lado, temos a mídia de massa, que rodeada por interesses não se posiciona de forma efetiva frente aos debates levantados pelo MST. Esta promove, na maioria das vezes, um senso comum, quando não representa os ideais do agronegócio. Em contrapartida, temos as novas mídias que são capazes de dar voz aos que antes eram silenciados pela grande mídia. Dessa forma, cabe a essa imprensa “independente” trazer a público discussões que as grandes redes tendem a esconder, pois:

“É necessário converter o olhar e entender a comunicação como um ciclo, um processo de produção circulação e apropriação que é constituído por múltiplos e diversos interlocutores com desiguais poderes não só para produzir, mas também para fazer circular seus modos de ver as coisas da vida e do mundo” (FASANELLO, ARAÚJO, PORTO, 2016)

Neste sentido, a produção de conteúdo audiovisual independente, pode ser uma estratégia comunicacional para a ampliação do debate social em torno das lutas sociais vigentes. Com o auxílio da internet é possível explorar ainda mais o poder da comunicação, difundindo de forma gratuita e incentivando a produção de material semelhante. Consolidando, assim, a cultura participativa definida por JENKINS (2009):

“A expressão cultura participativa contrasta com noções mais antigas sobre a passividade dos espectadores dos meios de comunicação. Em vez de falar sobre produtores e consumidores de mídia como ocupantes de papéis separados, podemos agora considerá-los como participantes interagindo de acordo com um novo conjunto de regras, que nenhum de nós entende por completo.” (JENKINS, 2009)

Ao invés de se paralisar diante das críticas da grande mídia, os produtores rurais no contexto da reforma agrária também estão aproveitando novas formas de produção de conteúdo midiático e tornando-se “prosumers”. *Prosumer* é um termo que une a ideia de produtor (em inglês, *producer*) e de consumidor (em inglês, *consumer*). A partir deste conceito, é válido pontuar que os produtores rurais fazem um movimento de

exercer uma dinâmica colaborativa da rede, que fortalece a ideia da criação de informação e cultura por meio do esforço participativo. Portanto, não são apenas consumidores, mas agem na coprodução daquilo que consomem. As análises das produções, as entrevistas, bem como nossa própria produção apontam que o caminho para qualificar a comunicação no contexto das lutas sociais inclui ações de cooperação e troca entre produtores de conteúdo alternativos.

CONCLUSÃO

A mídia e os produtores de conteúdo têm grande destaque no debate sobre questões sociais e o impacto dessas lutas para a sociedade atual. Já que são o principal meio que promove mudanças hoje, assim podendo conscientizar o público sobre essas pautas. Dessa forma, os veículos de comunicação são ferramentas que devem ser exploradas e utilizadas como ponte entre o homem e a educação, levando a população informações mais profundas que o senso comum.

Portanto, a produção audiovisual a respeito do tema é uma iniciativa de dar voz a essa parcela da sociedade que durante anos foi silenciada. Ademais, fazer uso das ferramentas de comunicação presentes na atualidade é uma forma para desconstruir um estereótipo. Sendo assim, é possível contribuir para que o trabalho destes cheguem a um maior número de pessoas, mostrando os impactos gerados em diversas escalas da sociedade. Também vale pontuar que a produção audiovisual nos movimentos sociais precisa ser uma produção pautada na colaboração, uma vez que a comunidade envolvida no cenário atua como produtora ao trazer cultura e informação que alimentam o conteúdo do produto. Por isso, os agentes da produção audiovisual também precisam compreender que é necessário reconhecer os sujeitos como coproprietários do que está sendo produzido, fornecendo a eles a sensação de pertencimento e satisfação na participação colaborativa.

REFERÊNCIAS

DOLHNIKOFF, Miriam (Org.). **José Bonifácio De Andrada E Silva: Projetos Para O Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

FASANELLO, Marina Tarnowski; ARAÚJO, Inesita Soares de; PORTO, Marcelo Firpo. **Produção audiovisual nas lutas dos movimentos sociais do campo no Brasil:** dimensões comunicacional e epistemológica. Commons: Revista de Comunicación y Ciudadanía Digital, 2016.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Espacialização E Territorialização Da Luta Pela Terra:** A Formação Do MST - Movimento Dos Trabalhadores Rurais Sem Terra No Estado De São Paulo. USP, 1994.

FERREIRA, Sonia Maria. **A mídia e o MST:** heróis e vilões na trama do discurso jornalístico. Brasil de Fato, 2013. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/node/13102/> Acesso em novembro de 2018.

GOMES DA SILVA, José. **A Reforma Agrária no Brasil.** Rio de Janeiro, 1971

HAMMOND, John L. **The MST and the Media:** Competing Images of the Brazilian Landless Farmworkers' Movement. 2018. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/latin-american-politics-and-society/article/mst-and-the-media-competing-images-of-the-brazilian-landless-farmworkers-movement/5B320128BEFDB59A6DF399F94C074A89> Acesso em novembro de 2018

JENKINS, Henry. **Cultura da Convergência:** a colisão entre os velhos e novos meios de comunicação. São Paulo: Aleph, 2009.

MEDEIROS, Leonilde S de. **"Sem Terra", "Assentados", "Agricultores familiares":** considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros.

MONTEIRO, Jean Carlos da Silva. **A responsabilidade social da imprensa na educação ambiental.** Observatório da Imprensa, 2015. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/feitos-desfeitas/a-responsabilidade-social-da-imprensa-na-educacao-ambiental/> Acesso em novembro de 2018.

PETERSEN, Paulo. **Agriculturas:** experiências em agroecologia. Manejo sadio dos solos, 2008. Disponível em: <http://agricultura.leisa.info/>. Acesso em novembro de 2018.

PRADO, Caio Jr. **História Econômica do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1970.

REFORMA Agrária. Produção de Ana Serapião, Francielle Arantes, Paula Letícia Miguel. São José dos Campos: 2018. Disponível em: <https://youtu.be/TSluUyrUkwo> Acesso em março de 2019.

RIEHELMANN, Claudio Collado. **Rurbanização, Desenvolvimento e Vida: O Caso do Assentamento Nova Esperança I, do MST, em Macrozona de Expansão Urbana de São José dos Campos.** Univap, 2006

SASAKI, Paulo. **O poder da bancada ruralista no Congresso.** Guia do Estudante, 2017. Disponível em: <https://guiadoestudante.abril.com.br/blog/atualidades-vestibular/o-poder-da-bancada-ruralista-no-congresso/>. Acesso em novembro de 2018.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. **De la sociología rural a la agroecología.** Barcelona: Icaria, 2006

SILVA, Lígia Osório. **Terras Devolutas e Latifúndios.** Campinas: Unicamp, 1996.

SPAROVEK, Gerd. **A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira.** 2003

ZARREF, Luiz. **Agroecologia e o MST: Quando o MST surge e elabora suas primeiras definições, reconhecendo o campesinato como guardião das florestas, das sementes, das nascentes, dos rios e da fauna.** MST, 2018. Disponível em: <http://www.mst.org.br/2018/10/24/agroecologia-e-o-mst.html>. Acesso em novembro de 2018.